



## SENADO FEDERAL

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 97, DE 1999

Dá nova redação ao § 5º do art. 14 e ao inciso II do art. 29 da Constituição Federal, vedando a reeleição de Prefeitos e Vice-Prefeitos, e estabelece a simultaneidade das eleições para todos os cargos eletivos, a partir de 2006.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do artigo 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda à Constituição:

**Art. 1º** O § 5º do art. 14 e o inciso II do art. 29 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 14....."*

*§ 5º O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e quem os houver sucedido ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente.*  
(NR)

*....."*

*"Art. 29....."*

*II - eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito realizada no primeiro domingo de outubro do ano anterior ao término do mandato dos que devam suceder, aplicadas as regras do art. 77 no caso de Municípios com mais de duzentos mil eleitores, vedada a reeleição para um segundo mandato consecutivo." (NR)*

**Art. 2º** As eleições para Presidente e Vice-Presidente da República, Senadores, Governadores e Vice-Governadores de Estado e do Distrito Federal, Deputados Federais, Estaduais e Distritais, Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores serão simultâneas em todo o País, a partir de 2006, inclusive.

*Parágrafo único.* Os mandatos dos Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores eleitos no ano 2000 terão duração de seis anos.

**Art. 3º** Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

A aprovação da Emenda Constitucional nº 16/97, sem que se modificasse a legislação eleitoral no sentido de facilitar maior controle da sociedade sobre os atos do Poder Público, vem revelando o lado negativo da reeleição de Presidente da República, Governadores, Prefeitos e respectivos vices.

Com efeito, permitiu-se a reeleição, mas não se implantaram mecanismos para assegurar maior igualdade entre os participantes do pleito. A possibilidade de disputar a eleição no exercício do cargo não assegura que os candidatos no poder orientarão suas campanhas políticas em estrita obediência aos mandamentos de probidade e moralidade administrativas que devem permear todo o processo eleitoral (conforme determina a Constituição Federal, no art. 14, § 9º), nem protegerão a normalidade e a legitimidade das eleições contra a influência ou abuso do poder econômico e político, pois estarão defendendo, com recursos públicos, seus interesses políticos e seus projetos pessoais.

Na esfera federal e estadual ainda se consegue um maior controle dos atos do Poder Executivo, pois a imprensa e os grupos organizados se empenham em manter a sociedade informada sobre os atos dos governantes

durante as campanhas eleitorais. No âmbito municipal, todavia, não existem mecanismos de controle dos atos dos governantes, o que possibilita aos Prefeitos grande margem de ação com recursos públicos, em proveito de suas próprias candidaturas.

A legislação eleitoral vem passando por um processo constante de modernização, cujo traço mais evidente é a tentativa de estabilização das regras da disputa eleitoral, a partir da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, *que estabelece normas para as eleições* e fixa regras de caráter permanente. Embora essa mudança represente o fim da anterior prática político-legislativa de elaborar uma lei para cada pleito eleitoral, ainda não se atingiu, com a legislação, o desejado nível de controle e punição dos abusos. Mantida a reeleição para prefeitos, esses abusos continuarão a existir, em detrimento do princípio de igualdade entre os candidatos em disputa e do sistema democrático de alternância no poder.

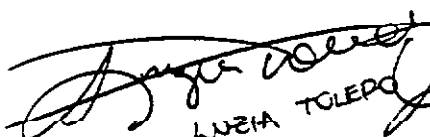
Finalmente, é importante salientar a considerável economia para os cofres públicos, com a realização de eleições simultâneas para todos os cargos eletivos do País.


Com o objetivo de contribuir para o debate dessas questões e para o fortalecimento do sistema político de representação democrática, submete-se ao elevado discernimento dos membros desta Casa a presente proposta de emenda à Constituição, proibindo a reeleição de Prefeitos e Vice-Prefeitos e determinando eleições gerais, simultâneas em todo o País, a partir de 2006. Para

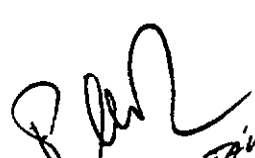
que todas as datas coincidam, propõe-se também que os mandatos dos Prefeitos,  
Vice-Prefeitos e Vereadores eleitos no ano 2000 terão duração de seis anos.

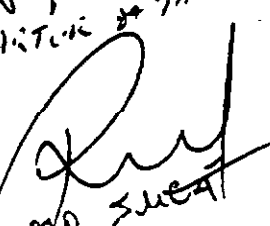
Sala das Sessões, 15 de dezembro de 1999

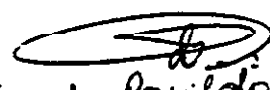
  
Senador CARLOS PATROCÍNIO (1º Secretário)

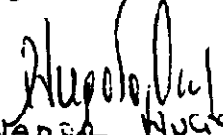
  
SENADORA LUZIA TOLEDO

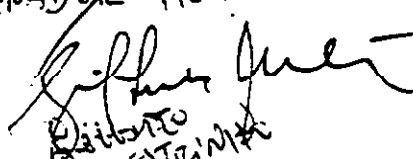
  
SENADOR JAIRTON NETO

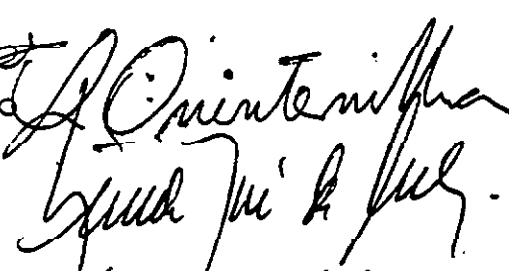

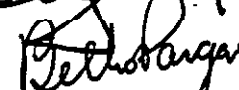
  
ANTONIO TÁVOLA

  
CARLOS EUZÉBIO


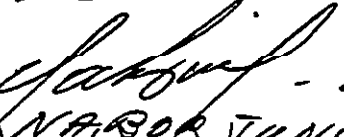
  
SENADOR CÂNDIDO MALDANER

  
SENADOR HUGO MACHADO

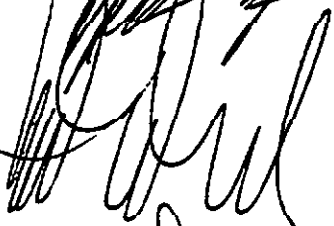
  
JAIRO MESTRINHO


  
OSMAR SIQUEIRA  
  
SÉRGIO  
  
BETH

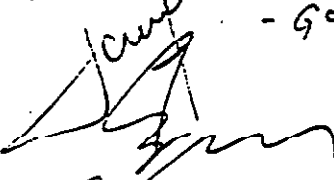
Leomar Guimardes  
Gustavo  
Sérgio, Luciano  
Pello Parga

  
LUIZ ESTEVÃO  
  
NABOR JÚNIOR

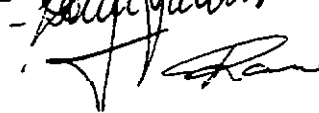
  
GILVANE

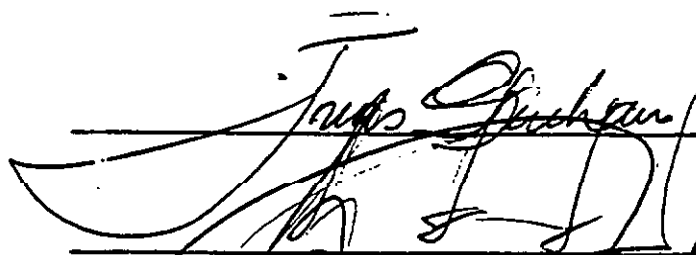
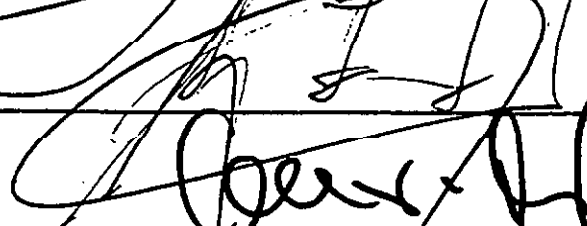
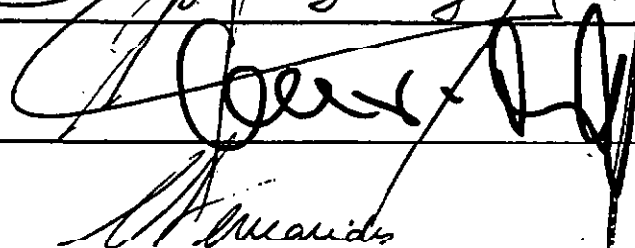
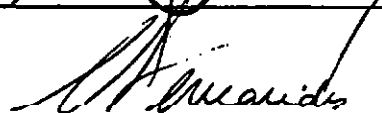

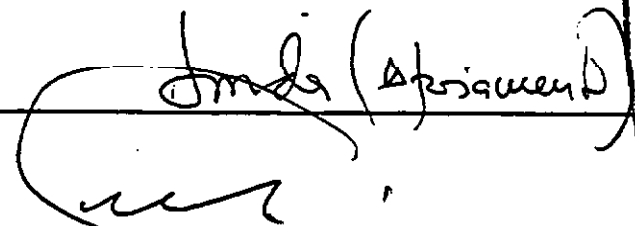
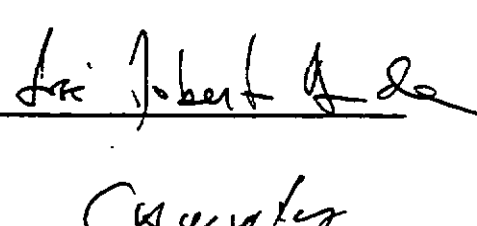

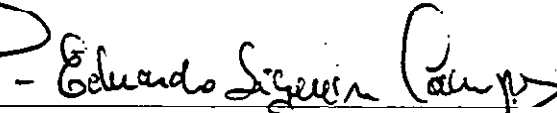
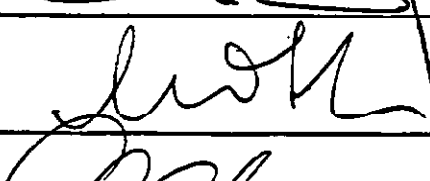


  
MOISÉS MENDES

  
GERALDO FITZHOFF

  
JUVÊNCIO DA FONSECA - PFLMS

  
FERNANDES FILOMEN

  
RAMEZ TEBET

 - JONAS VINHEIRO DE L  
 - AMIR LINO  
 FRANCISCO PEREIRA  
 Eduardo  
 Francisco  
 João (Apoisado)  
 Frei Robert  
 Eduardo  
 - Eduardo  
 ALBERTO SILVA  
 Carlos  
 Carlos

## LEGISLAÇÃO CITADA

### Constituição Federal

Art. 14. (\*) A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

.....

**§ 5.º São inelegíveis para os mesmos cargos, no período subsequente, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído nos seis meses anteriores ao pleito.**

.....

**Art. 29. (\*) O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:**

**I - eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, para mandato de quatro anos, mediante pleito direto e simultâneo realizado em todo o País;**

**II - eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito até noventa dias antes do término do mandato dos que devam suceder, aplicadas as regras do art. 77 no caso de Municípios com mais de duzentos mil eleitores;**

.....

**LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997**

**Estabelece normas para as eleições.**

←   ←   ←   ←   ←   ←   ←

**(A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA)**

Publicado no Diário do Senado Federal de 16.12.99.